



**INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**DEONESA ALBERTO MANGO**

**A GESTÃO DE JARDINS INFANTIS (CRECHES) NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DE  
JARDIM (CRECHE) NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (2012-2019)**

**REDENÇÃO-CE**

**2021**

**DEONESA ALBERTO MANGO**

**A GESTÃO DE JARDINS INFANTIS (CRECHES) NA GUINÉ-BISSAU: O CASO DE  
JARDIM (CRESCER) NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (2012-2019)**

Projeto de pesquisa do curso de Bacharelado em Humanidades (BHU) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro

**REDENÇÃO-CE**

**2021**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	4
2 JUSTIFICATIVA .....	6
3 PROBLEMA DE PESQUISA.....	7
4 OBJETIVOS.....	8
4.1 geral.....	8
4.2 Específicos.....	8
5 hipóteses.....	8
6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	9
6.1 Gestão escolar: algumas reflexões teóricas .....	9
6.2 Educação infantil: a criança como o sujeito da educação “formal” .....	13
6.3 Relação entre a família e a escola.....	17
7 METODOLOGIA.....	23
REFERÊNCIAS .....	25

## RESUMO

O presente projeto tem como tema a gestão de jardins infantis (creches) na Guiné-Bissau: o caso jardim (cresce) nossa senhora de Fátima (2021-2019). Para tanto, formulou-se este objetivo geral: analisar a gestão de jardim Nossa Senhora de Fátima e os seus impactos na educação infantil guineense. Para isso, propõe-se responder às seguintes questões de pesquisa: como é o processo de organização e gestão de jardim (cresce) Nossa Senhora de Fátima? Como ocorre a relação da direção do jardim com os responsáveis das crianças no que tange ao processo de socialização das mesmas? Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem para a transmissão dos valores culturais e sociais as crianças numa tríade: gestores, educadores e os pais responsáveis das crianças? Que programa curricular é utilizado e como é o processo de elaboração do currículo escolar neste jardim? Para responder estas perguntas, será realizada uma combinação de pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa e a pesquisa de campo. Para a pesquisa bibliográfica, far-se-á o levantamento bibliográfico sobre a literatura que versa sobre a temática em questão e que será feita por meio de consultas dos livros, artigos, jornais, revistas, teses que servirão como suporte para o desenvolvimento do trabalho. Por sua vez, a pesquisa de campo ocorrerá na Guiné-Bissau, na cidade de Bissau, no Jardim Nossa Senhora de Fátima, e envolverá as entrevistas abertas com os atores escolares no seu todo e será utilizado igualmente um diário de campo como um dos instrumentos que permitirá coletar outras informações que serão úteis para o desenvolvimento do trabalho. Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para o enriquecimento da literatura sobre a gestão das instituições escolares infantis, sobretudo numa realidade como da Guiné-Bissau que precisa de estudos do gênero para fortificar cada vez mais o sistema educativo, em especial a educação da infância.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Educação infantil (Creche). Gestão escolar. Gestão participativa e democrática. Jardim infantil.

## 1 INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa enquadra-se no contexto da gestão de jardim (cresces)<sup>1</sup>, especialmente, na gestão escolar, ressaltando a relação entre a escola e a família. Os jardins infantis (creches) têm aumentado muito, ultimamente, na Guiné-Bissau, em especial, na cidade de Bissau.

A Guiné-Bissau está situada na costa do continente africano, tendo uma superfície de 36.125 km<sup>2</sup>. O país se limita com Senegal ao norte, e a leste, e sul com a República da Guiné-Conakry, banhado pelo oceano Atlântico e conta com os arquipélagos dos Bijagós com mais de 80 ilhas, separados do continente por diversos canais. Conforme a projeção do site *population Pyramid.net*, a sua população é estimada em 1.967.998<sup>2</sup> habitantes, em 2020.

Os primeiros jardins particulares surgiram na década de 1990 e de lá para cá, houve um aumento significativo destas instituições escolares no país. No entanto, apesar desse aumento, percebe-se que os públicos são pouquíssimos, pois quase todos os jardins infantis que alberca as crianças no país são particulares, assim, a maioria dos pais não têm condições financeiras para arcar com os custos financeiros dos seus filhos nessas instituições escolares, o que cria desigualdades sociais, históricas e culturais. Isso demonstra o problema de acesso ao ensino público gratuito infantil na Guiné-Bissau, como manda a Constituição da República.

Os educadores e os diretores escolares têm um papel muito importante na formação da criança e devem contribuir para estabelecer uma relação de confluência entre a família e o educador de forma interdependente, ou seja, a família e a escola devem criar um laço indissociável. Nos últimos tempos, as reflexões sobre as ações executadas pelos profissionais da educação nos meios educacionais têm ganhado e, abrindo as possibilidades de reflexões na dialogicidade e na construção de saberes dos que trabalham na escola (CARVALHO, 2010).

Salienta-se que devido algumas mudanças e as relações de poder que se estabelece nos currículos, é possível haver algumas mudanças e resistências na elaboração de um currículo. Nesta linha, para a materialização, coletiva e dialógica, de um projeto político-pedagógica que visa uma educação transformadora e de qualidade, é preciso que a família e a escola se organizem em um espaço democrático no qual todos os segmentos e forças estejam presentes, comprometidos e engajados na efetivação de projeto político pedagógico (PPP). Assim sendo,

---

<sup>1</sup> Na Guiné- Bissau alguns termos que usamos um pouco diferente no Brasil que estamos estudando enquanto campo do estudo. O Jardim Infantil é um termo usado no contexto da Guiné-Bissau que se refere ao cresce.

<sup>2</sup>Os dados foram lançados pelo site *population Pyramid.net*. disponível em: <https://www.populationpyramid.net/pt/guin%C3%A9-bissau/2020/>. Acesso em: 08 ago. 2021.

é importante também repensar todos os agentes envolvidos e os *modus operandi* dos currículos que são estabelecidos na(s) escola(s) (CARVALHO, 2010). Para isso, a gestão democrática é muito fundamental para a efetivação de uma política educacional, pois, isso pode permitir uma maior dinamicidade das reflexões teóricas, visando, sobretudo, a construção de um PPP que dialogue com a realidade das crianças:

A escola assume um espaço central e privilegiado para realização das mudanças em curso nas sociedades contemporâneas e tem de estar atenta a estes condicionalismos e antecipar as dificuldades que as mesmas representam. A direção e gestão das escolas é, pois, uma das funções que vem sofrendo mudanças ao longo dos anos, passando a requerer maior atenção. Um diretor tutelado pelos órgãos centrais, sem responsabilidades sobre o resultado de suas ações e da escola, destinado apenas a dar informações e controlar, parece ultrapassado. De fato, várias pesquisas, principalmente de âmbito internacional, na área da eficácia e melhoria das escolas, têm reforçado a importância da liderança como um dos fatores de mudança, de desenvolvimento e de melhoria, desempenhando um papel importante na motivação dos atores escolares (MORGADO, 2019, p.1).

Embora existam muitos estudos sobre direção e gestão das escolas, a situação africana tem recebido pouca atenção da comunidade acadêmica. No entanto, é claro que esse continente requer uma abordagem específica devido sua particularidade. África é um continente que enfrenta enormes problemas econômicos, sociais e políticos (MORGADO, 2019). E a Guiné-Bissau não foge dessa realidade, configura-se como um dos países mais pobres do mundo, não consegue cumprir peremptoriamente com as suas obrigações com sua população, por exemplo, até agora, o país não garante a educação para todos cidadãos, como está plasmado na Constituição do país. Assim sendo, os jardins escolares têm recebido pouca atenção por parte do estado. Com essas evidências, o país enfrenta desafios no que diz respeito ao atendimento às necessidades da população.

Embora não seja o nosso foco analisar os jardins públicos, é importante salientar que os gestores desses jardins são nomeados pelo ministério da educação nacional e nos privados, pelos proprietários de jardins. O Jardim Nossa Senhora De Fátima é uma instituição privada gerenciada pela igreja católica da Guiné-Bissau, sendo uma instituição privada, então os gestores são nomeados pelo departamento religioso responsável para o efeito. Cada gestor nomeado pode assumir diversas funções que podem contribuir significativamente no desenvolvimento e no processo de aprendizagem das crianças.

O presente projeto pretende investigar a gestão escolar do jardim infantil Nossa Senhora de Fátima. Escolheu-se esta instituição por ser uma das mais antigas do país, o que nos permitirá

compreender a sua evolução, podendo a partir do mesmo fazer algumas inferências sobre sua conjuntura na Guiné-Bissau.

O jardim Nossa Senhora de Fátima é uma instituição escolar infantil que pertence à Igreja católica, sediado no bairro de Reno, em Bissau, fundado em 1993, sendo um dos primeiros jardins infantis na Guiné-Bissau, já formou um pouco mais de centenas de crianças. Atualmente conta com 187 crianças matriculadas, 12 educadoras, 2 cozinheiras, 1 segurança e 2 serventes. Nossa Senhora de Fátima tem 6 salas de aulas, cada sala tem duas educadoras responsáveis para cuidar da educação das crianças, desde sua fundação já conta mais de 5 gestões<sup>3</sup>. É importante ressaltar que embora sendo uma instituição da igreja católica, porém, recebe as crianças de todas as crenças sem, no entanto, distinguir a raça, cor, grupo étnico ou qualquer outra forma de discriminação. O jardim foi criado com a finalidade de responder às demandas da educação pré-escolar (creches) para as crianças da Guiné-Bissau.

O jardim está assim dividido em turmas de 3, 4, e 5 anos e as atividades escolares decorrem no período da manhã. Os educadores estão sempre em processo de formação continuada ao longo do ano, elaborando um conjunto de planos no sentido de melhorar o processo formativo das crianças. Isso tem impacto no ensino de qualidade que o jardim oferece às crianças comparado com outros jardins/creches que oferecem o Ensino infantil no contexto guineense. Posto isso, espera-se que nosso trabalho contribua de forma profícua para as mudanças no que diz respeito aos processos metodológicos da condução do Ensino Infantil, também demonstrando a importância de uma relação de interdependência entre a escola e a comunidade, isso pode desempenhar um papel fundamental para a efetivação do PPP na área da educação.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A presente proposta de pesquisa justifica-se por duas razões. A primeira tem a ver com minha pretensão de trabalhar futuramente na área de administração escolar, atuando como pedagoga ou como gestora da escola, especificamente na gestão dos jardins infantis, visando contribuir arduamente para o desenvolvimento acadêmico, cultural e psicológico das crianças do meu país.

---

<sup>3</sup> Informações foram avançadas por Indira Gomes Caomique professora de jardim Nossa Senhora de Fátima em 2021.

A segunda, pretendo desenvolver um projeto de pesquisa que irá fortalecer minha formação na área de pedagogia, dado que, pretendo dar seguimento nesta área. Isso pode contribuir no meu amadurecimento conceitual, teórica e metodologicamente no que tange aos estudos voltados para área da gestão escolar. Ainda, a pesquisa permitirá a construção de conhecimento que poderá ser útil para o desenvolvimento da prática educativa do Jardim Nossa Senhora de Fátima em relação à formação das crianças guineenses, bem como contribuir para que os outros jardins do país possam melhorar suas práticas educativas.

A pesquisa pretende de forma mais ambiciosa, trazer outras contribuições e/ou olhares sobre o sistema de gestão escolar dos jardins na Guiné-Bissau, pois, após a revisão bibliográfica feita, percebe-se que há uma escassez dos trabalhos desenvolvidos voltados aos jardins infantis no país. Por isso, esse trabalho servirá como fonte de consulta para futuros pesquisadores que vão desenvolver as suas pesquisas nas múltiplas áreas educacionais e, especialmente, na área de educação infantil. Por esta e outras razões, este projeto poderá ser muito relevante, na medida em que poderá ajudar na contribuição da literatura sobre a gestão escolar infantil na Guiné-Bissau, também pode ser utilizado como a referência na elaboração de projetos de pesquisas, artigos, dissertações, teses e outras produções de gêneros acadêmicos.

No âmbito político, o trabalho poderá servir como um instrumento importante para que o governo, principalmente, o ministério da educação possa formular as políticas públicas para atender as demandas das crianças e, em especial, aquelas que os seus pais não têm condições para custear seus estudos nos jardins particulares. É importante que as políticas a serem adotadas considerem as questões relacionadas ao gênero no contexto escolar.

No âmbito social, a realização da pesquisa pode ajudar a sociedade a entender que a educação infantil permite que a criança se desenvolva de forma espontânea e os educadores se tornem, na maioria das vezes, como se fossem alguém da família. E é muito relevante que a criança esteja em um ambiente favorável ao seu processo de crescimento e, fazendo com que o conhecimento da criança evolua livremente e de maneira satisfatória. Também, a realização da pesquisa pode ajudar no esclarecimento da forma de gerenciamento dos jardins infantis e trazer algumas vantagens sobre a necessidade de as crianças terem um acompanhamento escolar durante seus percursos infantis, podendo destacar a importância de uma relação saudável entre a escola e os pais encarregados na educação das crianças.

### **3 PROBLEMA DE PESQUISA**



O estudo sobre a gestão escolar tem possibilitado debates profícuos, polissêmicos e até contraditórios, o que de alguma forma se torna um problema complexo. Para isso, o presente projeto de pesquisa propõe-se indagar o seguinte: como é o processo de organização e a gestão do jardim Nossa Senhora de Fátima? Como ocorre a relação da direção do jardim com os responsáveis das crianças no que tange ao processo de socialização das crianças? Como é gerenciado o processo de transmissão dos valores culturais e sociais entre os gestores e os pais responsáveis das crianças? Que ações os pais e gestores do jardim consideram importantes para o cumprimento da escolaridade e do processo educativo de qualidade? Por fim, e não menos importante, que programa curricular é usado e como é o processo de elaboração do currículo escolar neste jardim? A pesquisa, portanto, procura compreender, tanto o processo de organização, assim como o processo de gestão do jardim, destacando a própria gestão do ensino infantil e, sobretudo, a sua relação com a comunidade acadêmica no seu todo, destacando a relação dos responsáveis do jardim com a comunidade na qual essa instituição escolar infantil está inserida e, principalmente, com os pais e responsáveis das crianças.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 Geral**

- Analisar a gestão de Jardim Nossa Senhora de Fátima e os seus impactos na educação infantil guineense.

### **4.2 Específicos**

- ✓ Compreender os fatores internos ou externos que influenciaram a criação de Jardim Nossa Senhora de Fátima;
- ✓ Analisar a relação entre a escola e a família;
- ✓ Entender as políticas educacionais e as suas implicações na educação infantil;

## **5 HIPÓTESES**

H<sup>1</sup> - O processo de organização e a gestão de Jardim Nossa Senhora de Fátima é feito através de uma gestão democrática e de uma inter-relação entre a escola com os agentes educativos, órgãos e outras entidades educativas.

H<sup>2</sup> - O processo de elaboração do currículo escolar neste jardim, associa-se, assim, num conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com as intenções educativas num modelo de educação tradicional e bancária.

## **6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Com o intuito de destacar um embasamento teórico para a compreender o tema, apresenta-se os conceitos, as teorias, destacando o aspecto legal e o que realmente ocorre na educação infantil na Guiné-Bissau. Já para compreender o problema em análise, primeiro faz-se uma análise da gestão escolar do jardim Nossa Senhora de Fátima; segundo, debruça-se sobre a educação infantil; e no terceiro discute-se sobre a relação entre a família e jardim na educação das crianças.

### **6.1 Gestão escolar: algumas reflexões teóricas**

Nesta seção faz algumas reflexões teóricas sobre a gestão escolar. Para tanto, é necessário trazer algumas concepções que servirão de embasamento teórico para a análise que se propunha fazer, tendo em vista o enriquecimento do debate desenvolvido até então no campo de gestão escolar, com destaque aos temas de participação democrática, dos atores envolvidos na construção de uma educação mais participativa, mais inclusiva, os profissionais da educação, os pais e encarregados dos alunos e a comunidade escolar. Neste sentido, este projeto embasa-se nos seguintes autores: Oliveira e Menezes (2018), Morgado (2019), Lopes (2013), Croti, Ikeshoji e Ruiz (2014), entre outros.

A Escola é uma instituição que oferece o processo de ensino e aprendizagem para os discentes, possibilitando o desenvolvimento de capacidades individuais nos seus múltiplos aspectos, por exemplo, cultural, social, político, cognitivo, etc., buscando resultados positivos, sendo, portanto, constituída por diferentes grupos e interesses, cujo a gestão deve incentivar uma ação racional, estruturada, coordenada e coletiva com a comunidade escolar.

Esse processo visa construir uma confluência para permitir uma maior dinamicidade escolar, frequentemente, emanada do nível nacional da administração, não estando sujeita apenas a capacidades e responsabilidades individuais, mas, é relevante atores que intervêm no setor educativo compartilharam entre si seus objetivos e coordenam suas ações, dado que, têm uma responsabilidade gratificante para fazer funcionar de forma articulada a escola com a comunidade onde a escola está inserida (MORGADO, 2019).

Conforme Lopes (2013), a gestão escolar engloba as incumbências que as unidades escolares possuem, tais como: elaborar e executar a proposta pedagógica, administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros disponíveis.

A gestão escolar constitui, no entanto, uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, liderança, orientação, mediação, coordenação, monitoramento e a avaliação dos processos necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos para permitir o desenvolvimento cognitivo dos estudantes (LUCK, 2009 apud LOPES, 2013, p.28).

Na base disso, a escola é um espaço de relações de poder que a partir do currículo pode estabelecer conhecimento considerado “verdadeiro” e/ou “não verdadeiro”, buscando através disso estabelecer as relações de dominação ou não. Neste sentido, existe uma complexidade nas relações de poder que pairam na escola e nos pressupostos de gestão escolar, devido à pluralidade, das relações de poder, diretrizes, atores envolvidos e dentre outros aspectos. Numa linha análoga:

Gerir uma escola não é uma tarefa fácil, partindo do pressuposto que a sua gestão é influenciada por diversos fatores, por ser elemento de um sistema condicionado pelas políticas educativas, financeiras, cultural e administrativas. Por isso, o diretor é desafiado a governar a escola numa perspectiva de sistemática inventariação dos seus problemas e contextos tomando em consideração todos os recursos humanos, materiais e financeiros, para a resolução e satisfação dos seus anseios, necessidades e projetos, com vista ao sucesso escolar e educativo dos alunos (MORGADO, 2019, p.10).

A gestão escolar traz em seu desenvolvimento inúmeros desafios que demandam do gestor a capacidade de administrar recursos, mediar conflitos, animar os processos de construção coletiva do projeto político pedagógico, monitorar os resultados do trabalho educativo e estar presente na vida da escola (MORGADO, 2019). Posto isto, o processo de gestão é muito difícil e complexo porque o gestor escolar deve compreender que gerir uma escola implica, a mobilização de talentos e esforço coletivo, em associação com a organização de recursos e processos para efetivar o seu papel social, e objetivos educacionais, conforme as demandas dos alunos e da comunidade (LUCK, 2008 apud MORGADO, 2019).

Para isso, é necessário estar atento ao que Oliveira e Menezes apontam:

O princípio da gestão democrática inclui a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de forma a garantir qualidade para todos os alunos. O processo de gestão deve coordenar a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação nas escolas em específico. Indo além, discute a importância da articulação das diretrizes e políticas educacionais públicas, e ações para implementação dessas políticas e dos projetos pedagógicos das escolas. Esse projeto deve estar compromissado com os princípios da democracia e com um ambiente

educacional autônomo, de participação e compartilhamento, com tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados, acompanhamento, avaliação e retorno de informações (OLIVEIRA e MENEZES, 2018, p. 180).

Neste sentido, o gestor deve conhecer bem a realidade e as necessidades pertencentes à comunidade escolar, e ter uma postura de um líder democrático, buscando sempre a coerência que, “o gestor tem o papel fundamental de lidar com as competências, os valores, as crenças de todos os envolvidos nas ações da escola, com o intuito de convergir os esforços para atingir os objetivos que devem ser comuns, a educação”. Por isso, a gestão é caracterizada como a atividade em que são realizados os procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo e integrando os aspectos gerenciais e técnico-administrativos.

As concepções de gestão escolar refletem posições políticas e concepções das pessoas e da sociedade. O modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou a transformação social. A concepção funcionalista, por exemplo, valoriza o poder e a autoridade, exercidas unilateralmente, enfatizando as relações de subordinação, determinações rígidas de funções, hipervalorizando a racionalização do trabalho. Esse processo tende a retirar ou, ao menos, diminuir nas pessoas a faculdade de pensar e decidir sobre o seu trabalho. Com isso, o grau de envolvimento profissional fica enfraquecido. As duas outras concepções valorizam o trabalho coletivo, implicando a participação de todos nas decisões. Embora ambas tenham entendimentos das relações de poder na escola, elas concebem a participação nas decisões como importante ingrediente para a criação e desenvolvimento das relações democrática-participativas (LIBÂNEO, 2015, p.105). Nesta citação a seguir o autor acrescenta:

Toda a instituição escolar necessita de uma estrutura de organização interna, geralmente prevista no Regimento Escolar ou em legislação específica estadual, ou municipal. O termo estrutura tem aqui o sentido de ordenamento e disposição das funções que asseguram o funcionamento de um todo, no caso a escola. Essa estrutura é comumente representada graficamente num organograma, um tipo de gráfico que mostra a inter-relações entre os vários setores e funções de uma organização ou serviço. Evidentemente a forma do organograma reflete a concepção de organização e gestão. A estrutura organizacional de escolas se diferencia conforme a legislação dos Estados e/ou Municípios e, obviamente, conforme as concepções de organização e gestão adotada, mas podemos apresentar a estrutura básica com todas as unidades e funções típicas de uma escola (LIBÂNEO, 2001).

Posto isto,

Gestão escolar numa perspectiva democrática valoriza aspectos de suma importância num trabalho administrativo e pedagógico de excelência no contexto escolar. Assim como na perspectiva participativa, na perspectiva democrática existem bússolas norteadoras das práticas desenvolvidas pela equipe que atua na gestão (COSTA, 2015, p. 19).

Sendo assim, a gestão de uma instituição escolar visa à prática educativa organizacional num processo participativo e compartilhado. Ela vai, muito mais além do que apenas, participar das decisões, mas sim, superar dificuldades e limitações do enfrentamento de seus desafios. Para promover a participação coletiva na escola, Mello e Cóssio (2006) relacionam a perspectiva participativa com a perspectiva democrática, reafirmando que ambas devem ser indissociáveis no processo da gestão democrática. Além disso, definem as mudanças educativas devem estar abertas às mudanças no contexto escolar: “A participação coletiva constitui-se em instrumento básico de uma gestão democrática e pressupõe a disposição para o debate, reflexão, problematização, estudo, aplicação, avaliação e reformulação, em função das próprias mudanças sociais e políticas” (MELLO e CÓSSIO, 2006 apud GOSTA, 2015).

Segundo Cury (2002), a gestão democrática da educação exige algumas características que incluem, em simultânea, a transparência e a impessoalidade, a autonomia e a participação, a liderança, o trabalho coletivo, a representatividade e, sobretudo, a competência para ser efetivamente eficaz na elaboração das diretrizes que orientam os trabalhos educacionais. Para isso, deve-se aceitar a diferença das opiniões como “normal” no processo democrático.

Neste sentido, a gestão democrática na educação é uma maneira de garantir o controle da sociedade civil perante as decisões e debates referentes ao anseio da escola. Para tanto, a gestão democrática também tem como uma das bases de sustentação a participação da comunidade escolar e da sociedade civil, tanto na questão do poder quanto na decisão. Além disso, corresponde a novos processos de organização e a gestão que contemple os processos coletivos e participativos de decisão.

A gestão participativa é normalmente entendida como uma forma regular e significativa de envolvimento dos funcionários de uma organização no seu processo decisório (LUKC, 1996 apud BORGES, 2005). Esse envolvimento vai muito além da participação dos funcionários das instituições escolares. No entendimento de Borges (2005) espera-se que:

Nas escolas, os funcionários são envolvidos na resolução de problemas, na tomada de decisões, na manutenção de padrões de desempenho e na garantia de que sua organização está atendendo adequadamente as necessidades do cliente. Ao referir-se à escola como sistemas de ensino, o conceito de gestão participativa envolve, além dos professores e outros funcionários, os pais, os alunos e qualquer outro representante da comunidade que esteja interessado na escola e na melhoria do processo pedagógico (BORGES, 2005/06, p. 17).

Isto quer dizer, entretanto, que uma gestão escolar participativa deve se apoiar numa estrutura na qual toda a comunidade escolar detém o mesmo grau de poder para construir

grandes consensos para atingir um nível de participação de forma igualitária e efetiva de todos os membros da comunidade escolar.

## **6.2 Educação infantil: a criança como o sujeito da educação “formal”**

Nesta seção, proporciona-se fazer um diálogo bibliográfico com os autores que abordaram a Educação infantil no contexto geral e, em particular, na Guiné-Bissau, intercalando as abordagens com os trabalhos de alguns autores como Silva e Tavares (2016).

De forma preambular sobre a questão em diálogo, Silva e Tavares (2016) destacam que a “educação é um processo sociocultural e também político, e diante das mudanças que estavam acontecendo, às instituições começaram a preocupar-se com o quesito educação, e perante muitas lutas, deu-se o início aos primeiros avanços no que tange às funções da Educação Infantil” (SILVA; TAVARES, 2016, p.5), de um lado, e, por outro, esses autores afirmam que:

Nessa perspectiva, essa modalidade de educação é dever do Estado, com o apoio da família e da sociedade, fazendo então a educação infantil parte do sistema educacional e suas funções devem estar permeadas por padrões de qualidade no qual se deve-se levar em consideração a bagagem cultural da criança e seus variados conhecimentos até a constituição de sua identidade e autonomia (SILVA; TAVARES, 2016, p. 7).

Ainda observam que a educação infantil atualmente vem sendo caracterizada por um cenário de maior destaque e também de algumas mudanças em sua trajetória institucional de atendimento às crianças desde o assistencialismo até à função educacional. A educação deve ser construída pelo Estado em colaboração com a família e deve ser um direito de todos e todas. Por meio do processo educativo, a criança poderá desenvolver as suas capacidades cognitivas e habilidades, bem como o exercício da cidadania e preparar-se para o mercado de trabalho. A educação infantil é a porta de entrada da criança na escola, porém, é necessário ter-se uma epistemologia de como se constrói o conhecimento na infância, sendo, portanto, uma face muito nuclear para o processo formativo da criança (SILVA; TAVARES, 2016).

Perante as afirmações reflexivas feitas pelo Silva e Tavares (2016), reconhece-se que a educação da infância é a primeira etapa educativa da aprendizagem escolar e é, por isso, que se torna muito importante e deve merecer mais atenção por parte das autoridades, neste caso, o governo guineense. Dentro dessa perspectiva de análise, a educação infantil passou a ter importância, principalmente, na construção dos alicerces da personalidade e do conhecimento:

Contribuir para a melhoria das condições de vida das crianças em vários aspectos, desde a educação propriamente dita (nas suas diferentes vertentes desenvolvimentistas - cognitivas, linguísticas, sociais, etc.) até à saúde, nutrição e proteção em geral, na

Guiné-Bissau, país multicultural e multiétnico, a educação de infância encontra-se numa fase incipiente de desenvolvimento. (PORTUGAL; AVELEIRA, 2007, p.408).

O contexto em estudo é, particularmente, frutífero para estudos da educação infantil, porque a educação de infância na Guiné-Bissau ou a pré-escola é percebida como muito incipiente, e o aspecto da formação em educação de infância enfrenta ainda grandes dificuldades no que diz respeito à formação dos profissionais desta área, pois, eles lidam diariamente com várias dificuldades. O país encontra problemas quase em todos os níveis e até hoje o Estado não formulou ainda uma política educativa voltada para a área da Educação infantil, como podemos constatar nesta citação:

Apesar de vários esforços feitos ao longo de vários anos após a independência, a Guiné-Bissau não conseguiu definir ainda uma política para esse nível e a visão da pequena infância sempre se limitou a uma educação pré-escolar eminentemente urbana, muito seletiva e redutora em termos de incidência (PORTUGAL; AVELEIRA, 2007, p.409 apud FURTADO, 2005).

O sistema educativo de Guiné-Bissau tem sofrido algumas reformas na última década, tendo inclusive aprovado a Lei de Base do Sistema Educativo guineense em 2010. Uma Lei importante para melhorar as políticas educacionais insipientes que o país tem enfrentado nos últimos anos. A infância ou pré-escolar faz parte da educação formal na Lei de Base do Sistema Educativo do país, mas mesmo assim, parece ser esquecido pelo Estado o que faz com que a sua efetivação permaneça no plano idealista.

No entanto, com as constantes mudanças que o país atravessa, as cíclicas interrupções democráticas e as crises políticas e econômicas acabam por afetar negativamente o setor educativo. Percebe-se também que a infância hoje ocupa um espaço bem nítido e esse espaço precisa ser ampliado. Para tal, só será possível se realmente as pessoas começarem a introduzir inovações para melhorar a educação da infância, sendo necessário um maior engajamento do Estado na elaboração das políticas públicas que visam atender as demandas da educação infantil no país. Apesar de todos os avanços legais voltados para a educação de modo geral, e da pequena infância, em particular, não se pode deixar de travar lutas por uma educação infantil de qualidade em prol da formação humana integral. Por isso, potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família, são essenciais (GUINÉ-BISSAU, 2010).

Antes, a educação infantil era vista como responsabilidade única da família, após esses dispositivos legais, os cuidados da educação infantil passaram a ser compartilhados com o

Estado e com os diversos segmentos da sociedade guineense. A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), no seu artigo 9<sup>a</sup> define que:

A educação pré-escolar é a vertente do sistema educativo que, autonomamente, antecede a educação escolar, funcionando a título facultativo e em complementaridade ou supletividade com o meio familiar. A educação pré-escolar destina-se a crianças desde os três anos até à idade de ingresso no ensino básico (GUINÉ-BISSAU, 2010, p.5).

A educação pré-escolar parece não fazer parte da responsabilidade do Estado, pois, parece que a responsabilidade educação está atrelada à família e não ao Estado. Ademais o Estado parece não assumir a sua responsabilidade em garantir o acesso e a permanência das crianças na educação infantil, o que demonstra uma falta de atenção do Estado a esta fase importante da vida das crianças, pois, diferentemente das outras fases da educação, ela não tem componente da obrigatoriedade, ou seja, os pais podem ou não as matricular nesta fase para começarem a socialização na escola e pode ser da responsabilidade unicamente da família se esta entender. Portanto, no seu artigo 10<sup>o</sup> pode-se constatar os objetivos que compõem esta etapa escolar que incluem:

- a) fazer a despistagem de precocidades, inadaptações e deficiências na criança, encaminhando-a convenientemente; b) Estimular e aumentar as capacidades da criança numa perspectiva de desenvolvimento equilibrado; c) Promover a integração da criança em diferentes grupos sociais, em ordem ao desenvolvimento da sociedade; d) Incrementar a formação moral e cívica e o sentido de liberdade e responsabilidade; e) Favorecer hábitos de higiene e saúde; f) Amplificar as probabilidades de sucesso da criança no sistema de ensino, através, designadamente, da transposição da barreira linguística (GUINÉ-BISSAU, 2010, p.5).

Esses objetivos, parecem ser difíceis de serem concretizados, principalmente, pelo caráter vácuo em que se encontra a situação do ensino pré-escolar na LBSE guineense, pois, a não obrigatoriedade das crianças nesta etapa escolar torna quase que impossível o cumprimento destes objetivos. Neste sentido, a participação social é importante para determinar o sucesso da educação infantil, o que pode ser verificado no caso brasileiro em que teve uma forte participação da sociedade civil na construção das políticas educacionais nos últimos anos.

A partir do que foi proposto na LBSE estabelece que a comunidade escolar deve ter no seu ambiente escolar uma condição importante na elaboração das políticas educacionais e, principalmente, ter uma participação mais direta, notória e efetiva no processo educativo ou na construção das políticas educacionais. Deve-se também realizar as assembleias nas unidades escolares, no meio acadêmico com a participação da comunidade (GUINÉ-BISSAU, 2010).



A Educação Infantil atende crianças entre 3 a 6 anos que devem frequentar pré-escolas, haja vista que, deverão ter como a prioridade a adoção de objetivos educacionais, o que constituem tais instituições escolares como rege as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), e também deve ser implantada uma pedagogia que dialogue com as realidades das crianças, porque é nessa fase que a educação tem uma maior influência na formação do ser, e da identidade da criança. Nesse sentido, é necessário, primeiramente, que se faça uma discussão para entender a concepção das mesmas:

Os serviços destinados a atender as crianças dos 3 aos 5 anos de idade ainda carecem de infraestruturas suficientes para suprirem, a nível nacional, as necessidades de acordo com a pressão dos registos efetuados em todos os postos dos Serviços de Registo Civil abertos nas diferentes localidades do país (GUINÉ-BISSAU, 2019, p.6).

Os Documentos Nacionais existem para serem exercidos em todo o país, porém, isso não acontece na prática, porque a Educação Infantil nem sempre foi colocada como uma prioridade pelo ministério que tutela a educação. Diante disso, a educação infantil demorou para ser reconhecida e, assim, ter um tratamento diferenciado por parte das autoridades. As questões da infraestrutura continuam gerando uma preocupação no país, visto que, ainda existem muitas escolas que atendem as crianças, funcionando nas condições precárias.

A Educação Infantil, como foi dito no decorrer desse trabalho, se torna fundamental para o sujeito por ser a primeira fase da educação formal e, nessa perspectiva, salienta-se que deve ser bem trabalhada com profissionais qualificados, porque nesse período, a criança está num momento de construção e formação de sua personalidade. Mediante o exposto, deve haver um acompanhamento pessoal e uma pedagogia voltada a necessidades das crianças que possam vir ao encontro das suas demandas. Este projeto enquadra, portanto, nas lutas que têm sido travadas para a melhoria da educação de modo geral e infantil, em particular.

Como resultado desse contexto, as lutas dos movimentos sociais, pressionaram o Estado a elaborar políticas públicas para atender as necessidades da educação infantil e, desta forma, como observa, Andrade (2010):

A trajetória das leis e dos documentos oficiais que regem a educação infantil no país demonstra que muitos avanços foram conquistados para que a educação infantil fosse reconhecida no quadro das políticas públicas, porém, muitos desafios ainda se fazem presente para que seja oferecida uma educação infantil de qualidade (ANDRADE, 2010, p. 108).

Pensar na educação infantil é parte essencial do desenvolvimento do ser humano – e, mais especificamente, o desenvolvimento de bebês nem sempre foi algo tão naturalizado como

é atualmente. Com as mudanças da sociedade em diversos aspectos e na organização familiar, a infância, na contemporaneidade, passou a ter lugar de destaque na sociedade, e muitos são os estudos sobre essa camada. Entretanto, nem sempre se pensou a infância como pensamos na atualidade.

A Educação Infantil foi ganhando cada vez mais força, inserindo-se na sociedade, dado que, começou a atender a uma demanda da família. Muitas ideias do que são as Instituições de Educação Infantil foram sendo desenvolvidas, aprimorando-se com o passar do tempo. De acordo com Andrade (2010, p. 130), estas Instituições foram “propagadas pelos modelos europeus e norte-americano, em especial creches e jardins de infância [...]”.

Atualmente, seja de cunho público ou privado, estas instituições fazem parte do desenvolvimento das crianças, que cada vez mais cedo ou mais tarde começam a frequentar esses espaços. Silva e Santo (2016, p. 148) “compreendem como as crianças, na instituição de educação infantil, estabelecem uma conexão com experiências vividas fora da instituição educativa” o que torna essa relação mais significativa e na acumulação do conhecimento de forma diversificada. Na mesma linha de arguição, Junges e Santos (2019) salientam que:

As crianças, no decorrer de sua primeira infância, permaneciam junto às famílias no desenvolvimento das tarefas domésticas, da agricultura, cuidado com os animais. Estavam em sua grande maioria sob os cuidados das mães ou dos irmãos maiores. Os infantes viviam sob os cuidados das famílias, seu tempo era preenchido pelas próprias brincadeiras ou junto ao trabalho desenvolvido pelos adultos. Muitas experiências eram vividas, boas e ruins, cuidados e descuidos, jogos, algazaras, brigas, acidentes, alegrias e tristezas[...] com o decorrer do tempo, as famílias passaram a residir mais no perímetro urbano, as mulheres começam a adentrar massivamente ao mercado de trabalho e a existência de um local adequado para a permanência das crianças se torna uma necessidade das famílias (JUNGES; SANTO, 2019, p.2).

Desse modo, notamos que a criatividade da criança está em alta, dado que, ela vai conhecer e explorar tudo que está a sua volta, permitindo, assim, o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, sendo que isso ocorre no meio social em que está inserida. Nesse aspecto, os professores e as famílias devem trabalhar em cooperação para possibilitar a expansão do conhecimento, criando situações em que a criança possa explorar e construir sua identidade.

### **6.3 Relação entre a família e a escola**

Conforme as bibliográficas consultadas, percebe-se que a participação ou uma relação boa entre a família e a escola é muito benéfico para o crescimento intelectual e humano da criança, pois contribui para aumentar o nível de desenvolvimento cognitivo da criança, possibilitando-lhe desenvolver suas habilidades.

O conceito da família é muito polissêmico. Assim sendo, trazemos alguns autores e autoras nessa seção que falam sobre o assunto. A família é uma instituição importante de aprendizagem dos alunos, visto que, é nela que se dão as suas primeiras experiências que constituem o capital cultural que lhes é transmitida. Ela é um agente de socialização primária no processo de aprendizagem das crianças, desde o nascimento, padrões de comportamento, hábitos, costumes, padrão de linguagem, maneiras de pensar, de agir, de se expressar, ou seja, as mundivivências de uma determinada sociedade.

Na perspectiva de Andolfi (1984 apud Ochoa, 2006, p.53), a família pode ser entendida como um “conjunto orgânico e interdependente de unidades ligadas entre si por regras de comportamento e por funções dinâmicas em constante interação e em intercâmbio permanente com o exterior”, podendo ser um espaço importante para o desenvolvimento moral, cognitivo e afetiva onde se criam e recriam os comportamentos das crianças para as suas inserções na sociedade. Também, a família pode ser entendida como um espaço de confluência e de interdependência:

A família pode igualmente ser perspectivada enquanto conjunto de elementos interrelacionados, ou seja, enquanto sistema vivo, integrado noutros sistemas, como é o caso da comunidade e da sociedade e composto por subsistemas, como o paternal e o fraternal, cada sistema é um conjunto ativo, estruturado e envolvido que se divide precisamente na relação que mantém no contexto em que vive (JESUS; NEVES, 2004, p. 22).

O envolvimento dos pais contribui no processo escolar e na melhoria do ambiente familiar e, conseqüentemente, no desenvolvimento do rendimento escolar da criança, possibilitando à criança compreender os desafios da sociedade. No caso da Guiné-Bissau, a relação da família com a escola tem sido limitada, (embora reconheçamos que houve uma mudança significativa nesse aspecto nos últimos anos no país), dado que muitas famílias ainda não dão a importância à sua relação com a escola. Neste sentido, é necessária uma mudança de paradigma que possa responder mais eficientemente às suas necessidades e os desafios atuais. Mas isto segundo Borges (2006), só pode ser materializado se a escola e os pais e encarregados de educação das crianças compreenderem as suas relações de interdependência nesse processo educativo. Sem isso, não será possível estabelecer uma relação profícua de diálogo permanente para o bem das crianças e para uma melhor gestão escolar.

Crepaldi (2017, p.11737) afirma nesse sentido que, "a família representa o alicerce para que o indivíduo construa uma boa estrutura social, pois é dentro do espaço familiar que a criança determina os primeiros relacionamentos, que depois abrangerá a escola e pôr fim a sociedade". Essa afirmação demonstra a importância de existir a proximidade entre a família e a escola,

para poder andar juntas, alinhar as expectativas por meio de um diálogo aberto. O objetivo comum dessa relação é oferecer a criança boas condições de desenvolvimento e aprendizagem, e, portanto, a relação e a integração entre a escola, a família e a comunidade assentado no diálogo, é um elemento basilar, visto que, a escola pode exercer a função mediadora entre o aluno, a família e a comunidade. Isso posto, seria interessante a troca das experiências entre os professores e a família:

É importante que as famílias se sintam integradas nas atividades que a escola promove. Alguns pais sabem o que acontece na escola, através daquilo que os filhos dizem em casa nas suas conversas, através dos deveres de casa e dos desenhos. Mas para que exista uma boa relação entre escola/famílias, é essencial que os filhos vejam seus pais a participarem e interessar-se pelo estudo do seu educando, conversar sobre seus trabalhos e sobre as pequenas coisas que aprendem na escola (BORGES, 2006, p.15).

Os pais devem participar nas atividades da escola, tais como reuniões, apresentações de teatro, eventos desportivos ou participar como voluntário quando a escola solicitar, responder aos apelos da escola, participando, ativamente na gestão escolar, por iniciativa própria, compartilhando experiências, trocando os conhecimentos e, dialogando, permanentemente, com os gestores da escola. Exige-se também uma maior intervenção nos projetos que a escola desenvolve e uma colaboração com os professores no âmbito do ensino e aprendizagem do seu educando. Essa relação deve merecer atenção dos pais encarregados, os professores e os gestores da escola, ou seja, de toda a comunidade envolvida para poder dinamizar e democratizar o processo educativo (BORGES, 2006). Por esta razão, Costa e Bittar (2016) destacam que:

Com a participação da família no processo de ensino aprendizagem, a criança ganha confiança vendo que todos se interessam por ela, e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e conhecimentos da criança.” Percebe-se que quando a criança recebe estímulos de sua família, a mesma apresenta um desempenho maior do que aqueles que não têm o acompanhamento dos seus pais (MACEDO, 1994, apud COSTA; BITTAR, 2016, s/d).

Na participação escolar, “a família deve se fazer mais presente nas escolas. Assim como as escolas também devem dar mais espaço para a interação dos pais, onde cada um assume sua devida importância” (COSTA; BITTAR 2016, (s/d). Para tanto, é necessário a interação entre a família e escola, para que ambas conheçam suas realidades, suas limitações e busquem caminhos que facilitem o entrosamento entre si, para o sucesso educacional dos filhos e alunos. É nesse sentido que deve haver um espaço na escola para os pais e encarregados poderem

participar e acompanhar os seus educandos; um diálogo permanente entre os pais e encarregados da educação, e a escola no que se refere aos horários e informar sempre os problemas ou as demandas das crianças aos pais para estes estarem cientes da situação. Assim, é salutar a participação dos pais como parceiros relevantes, na elaboração dos projetos e das políticas educativas a partir de uma relação horizontal e não vertical. Em outras palavras, a relação entre a família e a escola deve ser democrática e não autoritária.

Esta parceria objetiva promover a aprendizagem, a motivação e o desenvolvimento dos alunos, apontada como um dos fatores que contribuem na formação exitosa da criança e a existência de atitudes positivas face à aprendizagem e aos desafios atuais. A relação entre escola-família implica diálogo e a interação entre uma diversidade de culturas, envolvendo ligações entre uma cultura escolar e culturas locais. Havendo uma boa relação entre as duas instituições socializantes, pode-se esperar bons resultados (SILVA, 2003).

Neste sentido, Carvalho (2019, p.09) ressalta que apesar da “família e escola possuem objetivos comuns parecem não conseguir encontrar um ritmo que lhes permita caminhar juntos, permanecendo distantes e isolados cada um no seu próprio espaço e tempo, como se pudessem coexistir em separado, como seres pertencentes a universos distintos e opostos”. Desse modo, Sousa e Pereira afirmam que:

No entanto, a efetivação dessa relação sempre foi complexa e difícil de estabelecer, sendo que, ao longo da história do sistema educativo português, “as relações entre pais e professores sempre foram assunto polêmico”, como refere Lima (2002, p. 7), acrescentando, a propósito do cariz sensível que essas relações assumem, quando se verificam, que “ora se culpam os pais por ignorarem passivamente ou culpabilizarem injustamente os professores (...), ora se acusam os docentes de menosprezarem ou hostilizarem as perspectivas dos encarregados de educação sobre a escolarização dos seus filhos” (ibid.) (LIMA, 2002, SOUSA; PEREIRA, 2014, p.324).

Em vista disso, a família e a escola apesar de serem agências socializadoras distintas, as mesmas apresentam aspectos comuns e divergentes, por isso, devem caminhar juntas, na mesma direção, compartilhar a tarefa de preparar os sujeitos para a vida socioeconômica e cultural. Portanto, é fundamental que a família esteja em harmonia com a instituição escolar e vice-versa, uma vez que uma relação harmoniosa só pode enriquecer e facilitar o desempenho educacional das crianças. Porém, Vasconcellos (1995 apud Crepaldi, 2017) ilustra que algumas pesquisas desenvolvidas no campo da educação para compreender a relação família-escola evidenciam que, muitas famílias desorientadas ou desestruturadas transferem as suas responsabilidades, acabando por delegar toda a responsabilidade à escola. Dessa maneira, a família se sente excluída do ambiente que contribui com a construção do desenvolvimento dos(as) seu(sua) filho(a). Infelizmente, às vezes, o próprio espaço escolar contribui para esse

distanciamento entre família/escola. Faz-se necessário buscar esse interesse que falta com um propósito de articular uma participação ativa, reforçando um aspecto para atrair os pais e encarregados da educação à escola (CREPALDI, 2017).

Antigamente, os pais e encarregado de educação não eram integrados como uma parte importante no processo educativo das crianças, sendo que a responsabilidade era atribuída à escola. Entretanto, Figueiredo (2010) salienta que presentemente há uma evolução e os pais estão participando ativamente no processo educativo das crianças. Em algumas escolas, os pais participam por iniciativa própria nas reuniões, nos órgãos representativos, por exemplo, nas associações de pais, nas assembleias da escola ou conselho pedagógico e na elaboração das políticas educacionais.

Mesmo com esses avanços, é importante salientar que podem surgir vários obstáculos na elaboração das políticas educacionais e que podem provocar, por exemplo, o distanciamento entre a escola e os pais e encarregados de educação. Nessa linha, Soares (2010) salienta que “a desmotivação é outro fator preponderante para a falta de participação, já que a escola não propicia à família momentos de interação entre pais, alunos e comunidade escolar”. Na visão da autora:

na escola temos diversos tipos de pais: há aqueles que estão sempre na escola, frequentam diariamente e acompanham de perto o desenvolvimento cognitivo e afetivo dos filhos- estes infelizmente são poucos; há ainda aqueles que comparecem somente quando são chamados frente a algum problema, e até demonstram interesse em solucioná-los, mas justificam sua ausência devido ao trabalho; há ainda aqueles que não comparecem a escola nunca, nem mesmo quando são chamados, já que também não estão interessados na vida escolar dos filhos, atribuindo tudo aos professores , como se estes tivessem o dever de resolver tudo sem envolvê-los (SOARES, 2010, p.15).

A não participação da família no processo educacional da criança pode contribuir de forma negativa no seu processo de desenvolvimento e o interesse no processo de ensino e aprendizagem. Sobre isso, Macedo (1994 apud Crepaldi, 2017, p. 11739) afirma que com a participação da família no processo de ensino e aprendizagem, “a criança ganha confiança vendo que os seus pais se interessam por ela, e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades da criança na escola e quais os conhecimentos que ela aprendeu ou não”. Além disso, a família tem a função educacional, sendo responsável por transmitir à criança valores culturais, sociais, históricos e cosmologias como já havia salientado.

Diante da colocação acima, entende-se que a família deve-se esforçar para estar mais presente em todos os momentos da vida de seus filhos, inclusive, da vida escolar. A este propósito Picanço (2012) afirma haver uma única forma certa de envolver a capacidade das

crianças, mas é importante que as escolas procurem possibilitar um «menu» variado que se adapte às características e as demandas da comunidade educativa onde a escola está inserida, buscando proporcionar uma educação heterogênea capaz de dialogar com as especificidades de cada aluno/a. A intensidade do contato é importante e deve incluir reuniões gerais e o recurso à comunidade escrita, mas, sobretudo, os encontros democráticos com a comunidade educativa no geral (PICANÇO, 2012). Para ocorrer um bom relacionamento entre a família e a escola, deve haver uma boa comunicação e colaboração de ambos os lados. Conforme André e Barbosa (2018):

Essa barreira de comunicação entre a escola e os familiares deve ser quebrada, na maioria das vezes a escola responsabiliza exclusivamente os pais ou responsáveis pelos alunos como tendo a obrigação de manter o contato com a escola, sendo que, é papel da escola buscar meios de aproximação dos familiares e fazer com que eles interajam e se interessem pelo ambiente escolar, pois muitos pais por diversos fatores como, analfabetismo ou falta de recursos financeiros acreditam que não podem contribuir para o avanço escolar de seus filhos ou tem uma visão um pouco distorcida de que o papel do professor é superior ao seu (ANDRÉ; BARBOZA, 2018, p.19).

Para quebrar essas barreiras, é necessário o desenvolvimento de pesquisas que invistam no conhecimento da relação família-escola para possibilitar uma comunicação permanente entre a escola e a comunidade; por esta razão, a escola e assim como os pais e encarregados da educação das crianças devem procurar conhecer as práticas que a norteiam e a atuação dos profissionais que nela estão envolvidos, de um lado, e, por outro, a escola deve criar as condições que permitam o acompanhamento das crianças e, sobretudo, conhecer as suas dificuldades e as suas relações familiares, de modo a oportunizar a reflexão e implementação de novas possibilidades de intervenção que promovam mudanças significativas na relação família-escola e, em particular, no processo educativo das crianças, possibilitando-lhes um espaço mais condigno no processo de aprendizagem (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2010, p.107). Dessa forma, o trabalho da escola não será isolado, alienado da realidade local, mas estará associado a esta realidade e contribuirá muito mais para o desenvolvimento, tanto dos alunos quanto da comunidade.

Sendo assim, cabe às duas instituições escolares auxiliarem o indivíduo no seu processo de desenvolvimento, sendo que um ambiente saudável, cercado de incentivos e boas relações, tende a fazer com que o aprendizado da criança seja positivo, ou então, Heloisa Szymanski (2004) também já falava que, “quando a direção da socialização familiar coincide com a da escola, a criança, em geral, segue seu caminho sem grandes dificuldades” (SZYMANSKI, 2004, p.14). E ainda para essa autora, “ao se afastar de uma visão naturalizada de família e

olhando os pais como educadores, não há como negar a contribuição do conhecimento científico, em especial da psicologia e da educação, para o desempenho da tarefa educativa com os filhos” (SZYMANSKI, 2004, p.15).

Diante dos autores revisados, percebe-se a clareza da importância de compartilhar responsabilidades, e isso fica claríssimo quando diz que, “a relação família-escola vem se transformando: a família foi percebendo que o acompanhamento dos estudos é uma necessidade, tanto para verificar o desenvolvimento dos filhos, quanto para estimulá-los” (TAVARES; NOGUEIRA, 2013, p. 49).

Assim a escola por ser um espaço público e de relações de poder, torna-se um espaço importante para desenvolver uma relação participativa, cabendo aos gestores, professores, a comunidade e os pais encarregados proporcionar ambiente favorável, dando a possibilidade de estes participarem de forma efetiva para que estas relações sejam trabalhadas e aperfeiçoadas. É importante salientar que a presença da família é um elemento importante como a forma da escola conhecer de perto os seus alunos, os seus próximos, e pedem, dessa forma, compreender e inteirar-se das suas necessidades. Construindo essas relações, todos conseguirão reconhecer as relações mútuas e avaliar os procedimentos a serem tomados de forma conjunta para resolver os problemas que envolvem os alunos e os processos de aprendizagens.

Portanto, encontrar formas de favorecer um ambiente conveniente e favorável a todos, constitui-se num grande desafio para a escola. Sendo assim, faz-se necessário que a escola repense sua prática pedagógica para melhor atender a singularidade de seus alunos, o que a obriga a uma parceria com a família para atingir seus objetivos educativos. Cabe também aos pais estarem disponíveis para essa relação.

## **7 METODOLOGIA**

Considerando a proposta do presente trabalho e no sentido de cumprir com o objetivo geral e os objetivos específicos, será realizada uma associação de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, assim como pesquisa de campo por parecerem a mais adequada para a realização desta pesquisa. A pesquisa qualitativa é uma pesquisa que responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo só de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002, p.21).



Também será feito o levantamento bibliográfico sobre a literatura que versa sobre a temática em questão a partir de consultas dos livros, artigos, jornais, revistas, teses, dissertações com a finalidade servirem como suporte deste trabalho. Este tipo de pesquisa é denominado pelo Marconi e Lakatos (2010) de pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias. Os autores definem esse tipo de pesquisa desta forma:

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas, quer gravadas (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.183).

Nesta pesquisa, as referências bibliográficas que tratam sobre o tema serão buscadas para ter as informações sobre o assunto a ser estudado. Elas ajudarão a tirar novas conclusões do que vai ser estudado, trazendo, assim, novos olhares sobre o que os outros já escreveram. Isso não implica que irá se fazer a repetição do que já foi dito, no entanto, por meio dessas leituras, pode-se concordar ou não com aquilo que os outros já escreveram e, assim, trazendo à tona as novas contribuições que ajudarão esclarecer o fenômeno em análise. Além disso, o levantamento bibliográfico sobre o tema exposto permitirá saber em que estado se encontra o problema e quantos trabalhos já foram feitos sobre o fenômeno.

Em outro momento de coleta de dados, será realizada a pesquisa de campo que, para Marconi e Lakatos (2010, p.186), a pesquisa do campo pode ser utilizada para obter as informações ou os conhecimentos acerca do problema, através do qual se procura uma hipótese, ou uma resposta que se queira corroborar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles, o que vai permitir ao pesquisador aproximar os fatos que estão ocorrendo na realidade.

A pesquisa de campo será feita na Guiné-Bissau, na cidade de Bissau, através da entrevista aberta, com diário de campo que me permitirá fazer as minhas anotações, sintetizar, sistematizar as experiências e as entrevistas a serem analisadas. As anotações serão feitas de duas formas: vou registrar todas as informações dadas e escrever as provas das entrevistas, isso pode me ajudar a compreender o problema em análise.

Para Marconi e Lakatos (2010, p.197), na entrevista não dirigida, “o entrevistado tem direito para expressar suas opiniões e sentimentos, e também a função do entrevistador é de

incentivo, levando o informante a falar sobre determinado assunto, sem, entretanto, forçá-lo a responder”.

Neste sentido, entrevistaremos as pessoas com informações sobre o assunto em análise, entre as quais a pessoa da gestão de jardim, pessoas representando os pais e encarregado da educação, as crianças, e os educadores. Essas entrevistas serão realizadas com os seguintes recursos materiais: celular, gravador profissional, câmera fotográfica e outros recursos que nos ajudarão a trabalhar para corresponder com as diretrizes estabelecidas.

É importante ressaltar que pretendo deslocar para Bissau, Guiné-Bissau, com o intuito de realizar a pesquisa de campo, entretanto, caso não haja as condições financeiras para tal, far-se-á as entrevistas por via das redes sociais (WhatsApp, Messenger, Facebook, Twitter, Instagram, etc.).

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais. 2010. disponível em: <https://bit.ly/3CKtWYt>. Acesso em 11 jan. 2021.

ANDRÉ, Elisandra Leite; BARBOZA, Reginaldo José. A importância da parceria entre a família e a escola para a formação e desenvolvimento do indivíduo. *Revista Científica Eletrônica da Pedagogia*, Ano XVII–Número 30, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3lX22Tg>. Acesso em 10 ago. 2021.

BORGES, S. Participação Dos Pais E encarregados De Educação Na Gestão Escolar Caso: Escola Secundária Cónego Jacinto Peregrino Da Costa. Monografia (Licenciatura em Gestão e planeamento de educação) – Instituto Superior de Educação – ISE, 2006.

CARVALHO, Jussara Carniele De. Relação Família E Escola: entre os limites e as possibilidades. Monografia (Especialista em Gestão Pública Municipal) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte. 2019.

CARVALHO, Marcus Vinicius Fernandes de. Gestão escolar na educação infantil. Monografia (Especialista em Administração e Supervisão escolar) – Universidade Candido Mendes - UCAM, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, P.d. Gestão escolar, empreendedorismo e liderança na perspectiva educacional. Monografia (licenciatura em Pedagogia) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3lPKzfz>. Acesso em:

COSTA, R. T. V.; BITTAR, K. d. R. FAMÍLIA E ESCOLA- Uma Relação Necessária No Processo De Aprendizagem Infantil, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3xLnTz6>. Acesso em ago. 2021.

CREPALDI, Elaise Mara Ferreira. A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno. In: Anais do XIII Congresso Nacional de Educação, Curitiba–PR.

Recuperado de [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972\\_13983.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25972_13983.pdf). 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3Ay4dke>. Acesso em 9 ago. 2021.

CROTI, Adriana; IKESHOJI, Elisangela Aparecida Bulla; RUIZ, Adriano Rodrigues. Gestão escolar: reflexões e importância. Encontro de ensino, pesquisa e extensão, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2VUYkib>. Acesso em 30 jan. 2021.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 18, n. 2, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2R7mP95>. Acesso em 27 abr. 2021.

FIGUEIREDO, M. J. F. D. S. A. D. A Relação Escola- Família No Pré- Escolar: contributos para uma compreensão. Dissertação (mestrado em Psicologia da Educação e Intervenção Comunitária) – Universidade Fernando Pessoa. Porto.2010. Disponível em: <https://bit.ly/3ABxryy>. Acesso em 10 abr. 2021.

GUINÉ-BISSAU. Lei de Bases do Sistema Educativo, Bissau, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3g4jBwR>. Acesso em 8 de ago. 2021.

JESUS, Helena; NEVES, Ana Luís. Relação Escola-Aluno-Família. Educação intercultural. Uma perspectiva sistémica. Cadernos de apoio à formação, n. 2, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/37EUyfl>. Acesso em 20 abr. 2021.

JUNGES, C. T.; SANTOS, M. d. Experiências Significativas na Infância. In: XXVII Seminário de Iniciação Científica Evento, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3jQL9ad>. Acesso em 10 abr. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. d. A. Fundamentos de metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, J. C. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

LOPES, A. P. P.C. Gestão Escolar. Monografia (licenciado em Pedagogia) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, LINS – SP, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/37I9Tf6>. Acesso em 2 abr. 2020.

LUZ, A. A. N; MELLO, L. S. Gestão na educação infantil: concepções e práticas no espaço de formação. In: V Semana Internacional sobre Profissionalização Docente – SIPO – Educação UNESCO, 2015, Três Lagoas/Mato Grosso do Sul/Brasil, 2015. p. 19330- 19343. Disponível em: <https://bit.ly/37JomaK>. Acesso em 10 mar. 2021.

MINAYO, M. C. d. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. Suely Ferreira Deslandes, Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p.9-29, 2002.

MORGADO, N. S. A direção e gestão de escolas públicas e privadas na Guiné-Bissau: perspectivas e práticas dos diretores. Dissertação (Mestre em Administração Educacional) - Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa, Lisboa 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3yNSWM3>. Acesso em 20 fev. 2021.

OCHOA, G.M. Funcionamento familiar, socialización familiar y ajuste en la adolescência. La família en el processo educativo, 2006. Estudio Anual 2005. Fundación Acción Familiar. Colección Acción Familiar. Madrid:Ediciones Cinca, pp.53-94

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 27, p. 99-108, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2VSUtBQ>. Acesso em 20 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. Cadernos de pesquisa, v. 48, p. 876-900, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3sgdcn3>. Acesso em 15 mar. 2021.

PICANÇO, Ana Luísa Bibe. A Relação entre Escola e Família: as suas implicações no processo de ensino-aprendizagem. Dissertação (mestrado em ciências da educação) - Escola Superior De Educação João De Deus, Lisboa, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2VY8Jtv>. Acesso em 20 mar. 2021.

PORTUGAL, Gabriela; AVELEIRA, Ana Paula. Melhorando a Educação de Infância na Guiné-Bissau: numa dinâmica de formação, supervisão e avaliação. Revista Contrapontos, v. 7, n. 2, p. 407-423, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3yR7udW>. Acesso em 24 mar. 2021.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos; OLIVEIRA E SILVA, Isabel de. Crianças na educação infantil: a escola como lugar de experiência social. Educação e Pesquisa, v. 42, p. 131-150, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2VSUYvI>. Disponível em: <https://bit.ly/2VSUYvI>. Acesso em 27 mar. 2021.

SILVA, Dulcilene Rodrigues da; TAVARES, Daniel Moreira. Educação Infantil: avanços e desafios, onde o discurso e a prática se encontram. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3g2alcE>. Acesso em 10 abr. 2021.

SILVA, Pedro. Escola-família, uma relação armadilhada: interculturalidade e relações de poder. 2003.

SOARES, Adriana Fraga. A participação da família no processo ensino-aprendizagem. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3g4TXIe>. Acesso em 23 abr. 2021.

SOUSA, Maria Martins; PEREIRA, Maria Teresa Jacinto Sarmento. A percepção de encarregados de educação e de professores sobre a relação escola-família nas escolas dos 2º e 3º ciclos de um Concelho da região centro de Portugal. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 2, p. 321-344, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3iIjDwb>. Acesso em 20 abr. 2021.

SZYMANSKI, Heloisa. Práticas educativas familiares: a família como foco de atenção psioeducacional. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 21, p. 5-16, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3iKzt9F>. acesso em 20 dez. 2020.

TAVARES, Camila Mendes Martins; NOGUEIRA, Marlice Oliveira. Relação família-escola: possibilidades e desafios para a construção de uma parceria. Formação@ Docente, v. 5, n. 1, p. 43-57, 2013. Disponível em: 2 jan. 2021.